

ARTIGO

A PRODUÇÃO TEÓRICA DE CONHECIMENTO EM HISTÓRIA ORAL:

DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE ALESSANDRO PORTELLI E JOSÉ CARLOS SEBE BOM MEIHY

GLAUBER CÍCERO FERREIRA BIAZO

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM). Pesquisador visitante no Departamento de História da *University of British Columbia* (UBC) com bolsa de pós-doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - PRODOC/FAPEAM/003/2022. Pesquisador do Laboratório de História Oral e Audiovisual do Amazonas (LABHORA-AM/UFAM).
ORCID: <http://www.orcid.org/0000-0002-1297-6663>

RESUMO: O presente artigo ensaia uma reflexão sobre possíveis significados concernentes à produção de conhecimento teórico no âmbito da história oral a partir de algumas obras produzidas pelos oralistas Alessandro Portelli e José Carlos Sebe Bom Meihy. Pretende-se discutir algumas diferenças e aproximações a partir da comparação entre textos que refletem sobre as relações entre história e memória. Objetiva-se, portanto, apresentar e debater a contribuição de cada autor à elaboração de uma hipótese que defende a importância de ambos na elaboração de um arcabouço teórico voltado para a problematização da memória narrativa e suas relações com a produção de identidades, aqui chamado: campo teórico de conhecimento em história oral. O artigo almeja, enfim, compreender por meio da seleção de alguns textos que consagraram conceitos e noções amplamente utilizadas por oralistas, como a memória narrativa é concebida pelos autores citados como fonte documental.

PALAVRAS-CHAVE: teorias do conhecimento em história oral; memória narrativa; história; Alessandro Portelli; José Carlos Sebe Bom Meihy.

THE THEORETICAL PRODUCTION OF KNOWLEDGE IN ORAL HISTORY:

POSSIBLE DIALOGUES BETWEEN ALESSANDRO PORTELLI AND
JOSÉ CARLOS SEBE BOM MEIHY

ABSTRACT: This article attempts a reflection on possible meanings concerning the production of theoretical knowledge in the context of oral history based on some works produced by oralists Alessandro Portelli and José Carlos Sebe Bom Meihy. It is intended to discuss some differences and approximations from the comparison between texts that reflect on the relationship between history and memory. The objective is, therefore, to present and discuss the contribution of each author to the elaboration of a hypothesis that defends the importance of both in the elaboration of a theoretical framework focused on the problematization of narrative memory and its relations with the production of identities, here called: theoretical field of knowledge in oral history. The article aims, finally, to understand, through the selection of some texts that established concepts and notions widely used by oralists, how narrative memory is driven by the authors cited as a documentary source.

KEYWORDS: theories of knowledge in oral history; narrative memory; history; Alessandro Portelli; José Carlos Sebe Bom Meihy.

Recebido em: 22/11/2022

Aprovado em: 05/02/2024

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v79p317-340>



Apresentação

A narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos (Bosi, 2003, p.66).

A memória sempre está no centro dos debates públicos, presente nas disputas que marcam o que “deve ser lembrado”, o que “não pode ser esquecido”, o que “precisa ser resgatado”, o que “deveria ser esquecido”. *Mnemosine* – aquela que preserva do esquecimento, está em evidência mesmo disfarçadamente, inclusive em questões que são silenciadas propositalmente pelas mais variadas esferas dos poderes estabelecidos. Da mesma maneira que o silêncio e o interdito há muito são problematizados pela história oral, o esquecimento é um campo fértil desde que entendido como parte concernente às operações da memória narrativa. Sucede que, no tempo presente, as disputas por memória têm acirrado o debate sobre as mais diferentes posições e versões em torno do que deve ser lembrado e, portanto, daquilo que também deve ser esquecido. As teorias do conhecimento produzidas no âmbito da história oral têm contribuído para alimentar e estimular uma reflexão criteriosa sobre a memória, bem como suas principais características e funções ligadas à construção de reivindicações populares e políticas públicas.

Quais seriam as contribuições mais relevantes de Alessandro Portelli e José Carlos Sebe Bom Meihy para a construção de conceitos capazes de estruturar a produção de um campo teórico do conhecimento em história oral? A pergunta justifica-se dado o importante papel exercido por ambos na construção de um arcabouço teórico que permitiu, particularmente aos oralistas do Brasil, investigar e questionar a memória como fonte inestimável de conhecimento histórico. Sendo assim, o objetivo deste artigo consiste em apresentar como estes historiadores orais circunscreveram e interpretaram a memória narrativa como fonte, estabelecendo uma original e inequívoca contribuição para a construção de noções e conceitos que formariam a base de um campo teórico amplo e multifacetado de conhecimento em história oral.

Alessandro Portelli é professor de literatura anglo-americana na Universidade La Sapienza (Roma) desde 1981. Destaca-se desde o final dos anos 1970 pela produção de livros e artigos que colaboraram para a afirmação da história oral como um gênero específico de produção do conhecimento. Portelli avaliza suas reflexões em relação à importância de se definir critérios capazes de explicitar as especificidades da fonte oral para a compreensão das narrativas pessoais e do trabalho de memória. Entre muitas obras significativas, a de maior impacto foi o livro *The Death of Luigi Trastulli* no qual enseja um relato de suas primeiras aproximações com a história oral e apresenta as concepções teóricas que o consagrariam internacionalmente como oralista (Portelli, 1991).

Portelli em uma de suas obras inaugurais e mais importantes *The Death of Luigi Trastulli* apresenta algumas noções teóricas que embasaram as suas primeiras investidas no campo da história oral. No livro, o autor descreve como nasceu o diálogo entre as transcrições das entrevistas e a teoria literária, explicitando como o conhecimento sobre os mecanismos narrativos o auxiliaram na interpretação das fontes orais. Existem indícios que apontam que a formação literária permitiu a Portelli construir mecanismos de compreensão da fonte oral a partir de sua essência narrativa. Nesse sentido, a sua pesquisa investe no teor imaginativo das narrativas orais, nas invenções produzidas pelos narradores e, posteriormente, no cotejamento destas com outras fontes. A fonte oral, sobretudo, possui um papel central em suas pesquisas, tendo obrigado Portelli a desenvolver um modo de operação analítica em torno da memória narrativa. Em seus artigos, pode-se constatar como passou a ler a literatura através da experiência do trabalho de campo e a ler as fontes orais através da experiência da literatura, afinal, “a história oral muda a forma de escrever da história da mesma maneira que a novela moderna transformou a forma de escrever da ficção literária” (Portelli, 1997, p. 38).

José Carlos Sebe Bom Meihy é professor titular aposentado do Departamento de História da Universidade de São Paulo e foi fundador do Núcleo de Estudos em História Oral na mesma universidade (NEHO-USP). Começou a desenvolver pesquisas em História Oral no início dos anos 1990 e, desde então, suas preocupações teóricas contribuíram para a institucionalização da História Oral nas universidades brasileiras. O *Manual*

de *História Oral* (Meihy, 2005) publicado pela primeira vez em 1996 é resultado de um trabalho de sistematização teórica iniciado com a pesquisa que originaria o livro *A Colônia Brazilianista: história oral de vida acadêmica*, publicado em 1990 (Meihy, 1990).

No que diz respeito à sua contribuição teórica para o campo da história oral, destaca-se na produção de Meihy a elaboração de um livro chamado *Manual de História Oral* no qual apresenta uma proposta teórica especificando as particularidades que envolvem a realização de entrevistas, seus diferentes gêneros, a relação entre entrevistador e colaborador, o trabalho de materialização de um documento escrito a partir de uma fonte oral e como pensar teoricamente o papel da memória como escolha reflexiva sobre o passado e sua relação com a construção de identidades. O historiador de formação investiu na sistematização de concepções teóricas sólidas que investem na defesa de um estatuto disciplinar próprio para a história oral. Em suas palavras: “Fala-se então na proeminência do estatuto da História Oral. [...] O valor aludido na proposta desta apresentação ganha dimensões se pela memória oral se conseguir analisar processos de construção de identidades e de comunidades” (Meihy, 2010b, p. 191).

Memória e História

Houve um grande interesse demonstrado nas últimas décadas por governos, instituições privadas, movimentos sociais e pesquisadores diversos em relação à institucionalização da memória, o que contribuiu para o surgimento de um verdadeiro “boom memorialístico”. Infelizmente, a ênfase em torno dos “lugares da memória” não foi acompanhada por preocupações teóricas em relação à produção e ao tratamento da memória enquanto fonte histórica, tão pouco esteve atrelada a uma problematização que levasse em conta os seus significados originais e específicos enquanto documento para a produção de conhecimento histórico. Para François Hartog, esse fenômeno está relacionado à crise do regime moderno de historicidade que se caracteriza – dentre outras questões – pela supremacia dos trabalhos historiográficos relativos à memória e aos chamados “novos lugares da memória” (Hartog, 2013). A preocupação deste autor está relacionada ao fato de muitos historiadores estarem deixando de levar em consideração em

suas investigações as diferenças que delimitam as fronteiras entre história e memória. Em outras palavras, os critérios teóricos estariam, para Hartog, sendo postos de lado por historiadores ingenuamente presos a práticas empiristas, que estariam se tornando cada vez mais meros “especialistas aficionados em colecionar memórias” (Hartog, 2011).

A noção de *regimes de historicidade* desenvolvida por Hartog em seu livro homônimo é uma ferramenta conceitual através da qual procura compreender a relação das sociedades e dos indivíduos com o tempo. O autor defende que enquanto a noção costumeiramente usada de “época” congela e desumaniza a conduta dos sujeitos históricos e negligencia a percepção por eles desenvolvida em relação ao tempo, a de regime de historicidade é uma tentativa de capturar justamente a essência que conduz e caracteriza essa experiência, tanto individual quanto coletivamente. De acordo com a interpretação de Hartog, vivemos desde 1989 os impactos da chamada crise do regime moderno de historicidade cuja principal característica seria a de predomínio de um fenômeno social de percepção do tempo denominado “presentismo”. As incontáveis comemorações praticadas pelo “boom memorialístico” seriam expressão fiel dessa nova maneira de perceber e experienciar o tempo que começou a ser cultivada, em diferentes esferas da sociedade, na passagem do século XX para o XXI:

O tempo tornou-se tão habitual para o historiador, que ele o naturalizou ou instrumentalizou. Ele é impensado, não porque seria impensável, mas porque não o pensamos ou, mais simplesmente, não se pensa nele. Historiador atento ao meu tempo, eu, assim como muitos outros, observei o crescimento rápido da categoria do presente até que se impôs a evidência de um presente onipresente. É o que nomeio aqui “presentismo” (Hartog, 2013, p. 148).

Quando os sujeitos deslocam todas as suas energias em relação ao presente; passado, presente e futuro deixam de estar articulados na forma de uma experiência temporal qualitativa e substantiva. Mergulhadas na contemporaneidade em um presente dilatado, alerta Hartog, as pessoas fabricam artificialmente o passado e o futuro de que necessitam para simplesmente permanecerem contemplando o seu cotidiano. A temporalidade deixa então de ser uma esfera fundamental da vida em sociedade e, quando o futuro não mais tem importância significativa, o

comportamento político é diretamente afetado e a experiência comunitária se deteriora.

No artigo “A história, cativa da memória?” Ulpiano Bezerra de Meneses teceu um dos mais importantes alertas em relação aos maus usos da memória. Este autor produziu uma argumentação na qual demonstrou a impossibilidade de se resgatar a memória, criticando certas interpretações que a consideram um amontoado de processos produzidos no passado e guardados em uma caixa passível de ser recuperada em sua integralidade original (Meneses, 1992). Ademais, apresentou a memória como “trabalho de memória”, processo permanente de construção e reconstrução, através das concepções discutidas por Ecléa Bosi em seu livro *Memória e Sociedade*, um dos textos precursores da história oral no Brasil (Bosi, 1994). Ao reforçar a característica fluida e mutável da memória, Meneses destacou a importância do trabalho dos historiadores orais em evidenciar que as autobiografias precisam ser compreendidas em sua dimensão narrativa, a partir de suas contínuas reestruturações e em diálogo permanente com a dinâmica social:

A memória enquanto processo subordinado à dinâmica social desautoriza, seja a ideia de construção no passado, seja a de uma função de almoxarifado desse passado. A elaboração da memória se faz no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar (Meneses, 1992, p. 11).

As preocupações delineadas acima por Hartog e Meneses em relação aos maus usos e aos abusos cometidos em relação à memória colocam os historiadores orais em uma posição de destaque diante da responsabilidade de estabelecer distinções entre a memória e a história. O que está em jogo para os historiadores orais é parte da luta de todos os historiadores que querem impedir que a experiência de mulheres e homens no tempo seja colonizada definitivamente pelo “presentismo”. Entrementes, cabe observar o modo como os conhecimentos teóricos produzidos por Portelli e Meihy têm possibilitado a inúmeros pesquisadores a construção de pesquisas pautadas por um exame crítico da memória narrativa como objeto de análise compreensiva.

As teorias do conhecimento em História Oral em discussão têm assumido, assim, um papel essencial no combate ao senso comum em

tempos de “presentismo”. Ao fundamentar a produção de pesquisas qualitativas sobre a memória narrativa, Meihy e Portelli defendem que a História Oral deve suscitar interpretações históricas que não sejam cativas da memória. Em complemento a isso, reivindicam a memória, suas substâncias narrativas e principais dimensões – sociais, criativas, dinâmicas, subjetivas e afetivas – como capazes de problematizar a história tradicional, visando à produção de um conhecimento crítico e original no âmbito das humanidades.

A seguir, o artigo pretende apresentar algumas concepções teóricas no âmbito da História Oral elaboradas pelos autores citados, tendo como critério as reflexões elaboradas em torno da memória, particularmente dos processos de construção de memórias narrativas e de suas relações com a reivindicação de identidades individuais e coletivas.

A árvore e a floresta: sobre a teoria do conhecimento em história oral

Meihy e Portelli estabeleceram investigações teóricas sofisticadas sobre o papel social da memória individual e coletiva nas disputas e em conflito com as histórias oficiais. Nossa hipótese central é que, enquanto Meihy focaliza em suas obras as memórias narrativas de sujeitos – destacando a coletividade que lhes é imanente –, Portelli prefere utilizar lentes que, em *close*, permitem destacar o papel específico desempenhado por cada memória produzida individualmente. É necessário entender que ambos estabelecem relações entre os indivíduos e a coletividade, mas de maneiras diferentes. Ao passo que Portelli privilegia pensar as particularidades que assinalam como cada pessoa lembra e constrói sua relação com a sociedade, Meihy objetiva destacar como certas experiências coletivas estão presentes nas memórias construídas pelos indivíduos. Dessa maneira, enquanto o oralista brasileiro busca em cada uma das árvores observadas a presença encantadora e histórica do ecossistema que lhe é fundamental, o italiano acredita que a riqueza de uma floresta pode ser percebida e alcançada a partir da peculiaridade que caracteriza cada árvore em sua singularidade.

Ambos os autores, contudo, procuraram construir teorias do conhecimento que oferecem reflexões necessárias para aqueles que

desejam compreender como a memória narrativa opera a reconstrução do passado e os sujeitos históricos modelam, através de mediações sociais, as próprias identidades. Os esforços empreendidos são responsáveis pela sistematização de noções que permitem investigar o modo como a memória narrativa cria representações sobre o passado. Isso significa que a História Oral tem interesse em compreender como os sujeitos históricos produzem, a partir dessas representações, suas experiências como protagonistas, ou seja, como cada indivíduo e cada comunidade reivindica a sua própria história.

Como evidenciou Eclea Bosi, “recordar é sempre um ato de criação através do qual o sujeito organiza uma ordenação pessoal que obedece a uma *lógica afetiva* cujos motivos ignoramos” (Bosi, 2003, p. 62). A lógica afetiva destacada pela autora é, assim, o desafio e o fardo de todo oralista já que representa justamente a essência da fonte oral de onde partem as problematizações. Meihy e Portelli estabeleceram seus trabalhos investigativos em história oral na construção de um arcabouço teórico vinculado à compreensão da memória narrativa como substância viva que atrela os sujeitos à dinâmica social e ao próprio tempo histórico.

Os praticantes da história oral precisam contextualizar as experiências narradas interpelando o trabalho de memória realizado pelos indivíduos, averiguando como as identidades são produzidas pessoal e coletivamente. Nessa perspectiva, as teorias do conhecimento em história oral produzidas por Portelli e Meihy foram orquestradas com o objetivo de orientar uma investigação instruída a partir dos ritmos, continuidades e rupturas, dos silêncios e da ficcionalidade que são próprios à memória narrativa. O oralista, assim, deve trabalhar no sentido de compreender as maneiras e os propósitos através dos quais os sujeitos históricos atribuem sentido às suas trajetórias de vida, questionando as intenções, as contradições, os desejos e os silêncios presentes subjetivamente na memória narrativa.

Alessandro Portelli sempre fez questão de apresentar para seus leitores as especificidades que envolvem a fonte oral e a necessidade de trabalhar com recursos teóricos específicos para sua interpretação. Investigações em torno da “gramática da memória”, termo cunhado por este autor, procuram chamar a atenção não apenas para a complexidade da tipologia documental, mas, principalmente, para os conhecimentos indispensáveis à sua leitura: “mais do que um registro da experiência, do que

um arquivo de dados: ela é um trabalho incessante de interpretação e reinterpretação e de organização de significados” (Portelli, 2016, p. 159).

O trabalho de memória solicita de cada sujeito histórico em situação de entrevista a reconstrução organizada de uma série de experiências no tempo. O resultado desse processo é revelador já que a maneira como as experiências são apresentadas no presente e, o modo como foram costuradas a uma dinâmica social mais ampla, expressam as opções sensíveis que marcam e caracterizam a essência de uma narrativa. Isso significa dizer que as narrações produzidas no âmbito da história oral precisam ser compreendidas como uma interpretação pessoal e autobiográfica. A memória narrativa, nesse sentido, é o resultado de múltiplas relações estabelecidas pelos sujeitos com diferentes grupos sociais e em diferentes temporalidades:

Quando trabalhamos com as fontes orais, portanto, devemos ter agrupado três fatos distintos: um fato do passado, o acontecimento histórico; um fato do presente, isto é, a narração que é feita pelo entrevistado; e um fato de relação de duração, isto é, a relação que existe e que existiu entre estes dois fatos. Por isto, o trabalho do historiador oral inclui a historiografia em sentido estreito (a reconstrução do passado), a antropologia cultural, a psicologia individual, a crítica textual (a análise e interpretação da narrativa), e a aplicação da segunda à primeira. A história oral é, portanto, história dos acontecimentos, história da memória, e revisão dos acontecimentos através da memória. De fato, a memória não é um mero depósito de dados da qual se pode recuperar informações, mas um processo em contínua elaboração no qual se pode estudar as diferentes modalidades (não se assemelha à “memória” de uma calculadora) (Portelli, 2017, p. 187-188).

Como o ser afetado pela história narra a sua experiência no presente e reorganiza os rastros do passado? Como se dá a revisão dos acontecimentos através da memória? Essas perguntas, também feitas por Paul Ricoeur, reforçam a especificidade das fontes orais e evidenciam a necessidade de cuidados teóricos especiais. O alerta de Ricoeur a respeito do modo como a memória trabalha é salutar: “a representância, posso dizer, exprime a opaca mistura entre a lembrança e a ficção na reconstrução do passado” (Ricoeur, 2012, p. 336). Ao averiguar as características que são peculiares às fontes orais, tanto Portelli quanto Meihy, estabeleceram uma fundamentação

teórica capaz de problematizar as mais variadas maneiras através das quais as narrativas orais constroem representações sobre o passado, evidenciando a necessidade de serem interrogadas na chave interpretativa do “testemunho” e não na da “imagem”. Afinal, segundo Ricoeur, “é preciso pensar o rastro a partir do testemunho e não o inverso” (Ricoeur, 2012, p. 334).

Meihy avalia que “foi exatamente a presença da memória como objeto de estudos que iluminou caminhos que agora se abrem para a proposição da história oral como campo novo do conhecimento” (Meihy, 2008, p. 144). Nesse sentido, a história oral é reivindicada como um campo autônomo do conhecimento cujos esforços teóricos são dedicados a “valorização da memória como recurso para estudos sobre o social”:

Distorções, mentiras, esquecimentos, sonhos, silêncios e silenciamentos, devaneios, tornavam-se mote de reflexões filtradas pela memória. Isto foi implicando procedimentos distintos entre o labor do historiador e dos oralistas e, logicamente, interferia no sentido das entrevistas. Aqueles buscam documentos já existentes; estes elaboram os próprios. Aqueles se apoiam em possíveis verdades; estes em criações narrativas com espontaneidade. Enquanto aos historiadores, quando se valem de entrevistas, a vêem sob caráter probatório de hipóteses feitas a priori e testadas com outros documentos, para a história oral, as hipóteses derivam das entrevistas e se constituem primeiro em discursos que se articulam em si. Apenas depois de ordenadas é que as entrevistas de história oral podem ou devem ser cruzadas em análises com outros documentos (Meihy, 2008, p. 144).

À História Oral de Vida, defende Meihy, “interessa realmente a lógica discursiva, a moral da história, o sentido ontológico da experiência”. (MEIHY, 2008, p. 146) A proposta epistemológica de Meihy valoriza a narrativa de uma história de vida como a verdade do narrador, como um conteúdo vivo que expressa seus compromissos pessoais e sociais com o passado, o presente e o futuro. Por isso, a concepção teórica reivindicada “visa dar ao narrador maior arbítrio para que sua experiência seja encadeada segundo sua vontade e condições. A experiência deve, desde logo, ser o alvo principal das histórias orais de vida, pois não se busca a verdade e sim a versão sobre a moral existencial” (Meihy, 2008, p. 146). Afinal, considerar o narrador como colaborador significa não só estar atento ao que ele tem a expor, mas considerar que a sua história tem algo a dizer sobre o seu papel como sujeito social e também como produtor de conhecimento. Dessa maneira, defende

o autor, “em história oral de vida o que interessa é a mensagem” (Meihy, 2008, p. 146).

Ao criticar o aprisionamento da história oral nas grades universitárias, em camisas de força que a encerram numa técnica ou metodologia, Meihy investe seus esforços na criação de uma “área de estudos liberta e independente” (Meihy, 2007, p. 17). Contrário ao que chama de “complexo de inferioridade” da história oral, afirma que é preciso compreendê-la para além do cerco acadêmico:

Posições mais arrojadas, no panorama intelectual amplo, propugnam independência da história oral como disciplina: autônoma, destacada, disjunta, pós-moderna. Em lócus conservadores e tradicionais, o medo de arrojados tem inibido o que seria um ganho em termos de adequação às soluções contemporâneas de uso compatível da tecnologia como forma de promoção de conhecimento. De toda maneira, cabe inflamar a discussão começando por conceitos incômodos a tantos que resistem à atualização dos critérios disciplinares. Por lógico, advoga-se a proposta da história oral com uma disciplina e, portanto, com procedimentos próprios e diferentes, definidos, capazes de garantir sentido ao objeto da matéria: história oral como base para se pensar construções de memória, identidade, comunidades (Meihy, 2010b, p. 188).

Para Meihy, a constituição das experiências narradas como documento de pesquisa ensejou a produção de pesquisas dedicadas à investigação da memória narrativa como objeto central na produção do conhecimento em história oral. Ao problematizar a construção de memórias e identidades de pessoas e comunidades, a história oral se configuraria como uma “disciplina” atenta ao modo como os sujeitos sociais constroem a si mesmos e aos outros em diálogo com disputas sobre o fazer histórico. A história oral se destacaria, assim, como aquela “disciplina” que procura interpretar a produção de narrativas no tempo, problematizando as diferenças entre história e memória e valorizando a subjetividade de suas fontes, já que “o teor subjetivo das variações é o coração dos estudos sobre memória oral” (Meihy, 2010b, p. 182). Expondo de outra forma, interessa ao autor saber os motivos pelos quais as pessoas se enganam, erram, mentem, distorcem, esquecem detalhes ou criam outros, bem como a aceção dessas ocorrências.

As concepções teóricas desenvolvidas por Meihy e Portelli são resultado do reconhecimento de que a subjetividade é a matéria prima da

história oral. As pesquisas de ambos valorizam, assim, a elaboração de investigações capazes de questionar os significados e evidenciar as potencialidades da memória narrativa como fonte:

Por isso, por muito controlável ou conhecida que seja, a subjetividade existe, e constitui, além disso, uma característica indestrutível dos seres humanos. Nossa tarefa não é, pois, a de exorcizá-la, mas (sobretudo quando constitui o argumento e a própria substância de nossas fontes) a de distinguir as regras e os procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la. Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais (Portelli, 1996, p. 3-4).

A memória expressa, assim, compromissos autênticos que revelam como os sujeitos se situam no tempo histórico e se posicionam diante dos acontecimentos e dos mais diferentes grupos e projetos sociais. Os resultados apresentados pelas pesquisas desenvolvidas pelos autores em tela são fruto de diálogos cuidadosamente costurados entre narrativas micro e macro-históricas. Os estudos representam uma oportunidade preciosa para leitoras e leitores avaliarem as grandes narrativas a partir do trabalho de memória e das representações produzidas pelos sujeitos históricos concretos no tempo.

A representatividade da História Oral

Quando pensamos em representatividade, devemos ter em conta não somente o impacto, mas também a abrangência social dos conhecimentos produzidos no âmbito da história oral. As concepções teóricas defendidas por Meihy e Portelli advertem que todo oralista precisa compreender que as fontes produzidas a partir das narrativas de indivíduos são uma matéria prima bruta. A investigação de suas potencialidades integrais dependerá de um pesquisador que saiba utilizar as lentes interpretativas necessárias – ora microscópicas, ora macroscópicas –, apropriadas à produção de uma micro-história sempre atenta aos diálogos estabelecidos com as questões macro-históricas pertinentes:

Finalmente, a operação que enfeixa o trabalho em história oral remete ao questionamento mais importante da aventura: história oral: de quem; como e por quê? Sem estas respostas que são de cunho político o que resta é perguntar: por que não a História convencional? Ou mais contundente: por que distinguir memória oral de memória escrita? O aspecto transformador aludido na proposta desta apresentação ganha dimensões se pela memória oral se conseguir analisar processos de construção de identidades e de comunidades (Meihy, 2010b, p. 191).

A concepção teórica que sustenta a proposta de Meihy exige que o oralista problematize suas escolhas, compreenda os significados da memória narrativa como fonte e saiba interrogar apropriadamente os processos de produção de identidades de indivíduos em diálogo com coletividades. Os sujeitos históricos entrevistados precisam, dessa maneira, ser pensados como produtores de histórias de vida pessoais que vivenciam dinamicamente as experiências coletivas e, portanto, dialogam com as trajetórias dos grupos sociais a que pertencem e as memórias costuradas coletivamente. Nesse sentido, Meihy defende a importância de um trabalho de campo que leve em consideração noções teóricas que organizem os passos do pesquisador, tais como a de comunidade de destino, colônia e rede (Meihy, 2005). Tais noções partem do princípio de que o modo como os colaboradores se articulam econômica, cultural e politicamente em um dado grupo social, pode revelar estratégias capazes de orientar uma análise que articule as tensões entre posições individuais e coletivas. Cabe ao oralista explicitar e compreender as tramas que envolvem as disputas por memória, tanto no nível micro quanto no macro-histórico, expondo as relações existentes entre ambas as esferas.

A história oral, para Meihy, enseja compreender a trajetória de sujeitos individuais a partir da sua relação com o todo, com a coletividade. A história oral de vida só faz sentido quando contextualizada no tempo histórico e em mediação com diferentes grupos e classes sociais. Quando o narrador conta as experiências de sua própria vida colocando-se no centro dos acontecimentos, seja cunhando sua participação em aventuras sociais mais amplas ou em vivências cotidianas e ou familiares, cabe ao oralista entender as tramas e os significados sociais implicados nas histórias, bem como, quais foram os filtros interpretativos utilizados:

A memória é, pois, a grande avenida por onde transitam argumentos conexos que, em última análise, representariam a explicação da experiência humana dos entrevistados. Como o próprio nome indica, trata-se da narrativa do conjunto da trajetória de vida de uma pessoa. Isto coloca outros problemas como o significado social de histórias pessoais e/ou sua representatividade e sentido social. Assim, recomenda-se que a história oral de vida seja colecionada junto a outras e ganhe sentido coletivo (Meihy, 2008, p. 146).

Compreender a historicidade das narrativas é tarefa primordial para a história oral. Trata-se, contudo, para Meihy, de um procedimento que precisa levar em conta a especificidade da memória narrativa como fonte e, especialmente, a substância social que a compreende. O desafio consiste em mapear a construção das memórias individuais a partir dos diálogos que cada narrador estabelece com as experiências produzidas no tempo e no âmbito dos mais diferentes grupos sociais que foram marcantes no seu convívio. Nesse sentido, interessa não apenas identificar a existência de memórias hegemônicas e de memórias silenciadas, mas entender como a memória é permanentemente reconfigurada pelos sujeitos em um terreno marcado por disputas identitárias e lutas afirmadas nas esferas de poder econômica e política.

Meihy parte fundamentalmente da concepção cunhada por Maurice Halbwachs (1990) na qual a memória coletiva é um acervo de lembranças compartilhadas resultado do trabalho que um determinado grupo social realiza, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns. Atento às contribuições provenientes da tradição francesa, o oralista em tela institui uma proposta teórica original que deseja estabelecer critérios que possibilitem a compreensão dos processos de produção da memória no que tange às redes de relações que envolvem diálogos e disputas entre memórias individuais e coletivas. Talvez o argumento que melhor fundamente a representatividade do conhecimento produzido no âmbito da História Oral esteja na sua capacidade de evidenciar o teor subjetivo dessas disputas por memória, permitindo conhecer memórias não hegemônicas, por diferentes motivos, silenciadas ou marginalizadas (Pollak, 1992).

Ao tratar de memórias não hegemônicas, Portelli credita às histórias pessoais produzidas a partir da História Oral, a capacidade de revelarem pontos de vista diferentes a respeito de conflitos registrados pela

historiografia, e, também, a possibilidade de apresentarem evidências sobre problemas desconhecidos pela própria historiografia. Em um artigo no qual Portelli narra alguns resultados de um processo de investigação sobre as disputas por memória em torno do Massacre das Fossas Ardeatinas – cometido pelas tropas invasoras nazistas durante a II Guerra Mundial contra civis na cidade de Roma –, uma entrevista revelou importante questão sobre a intimidade das mulheres desconhecida pela historiografia especializada. Em conversas com Ada Pignotti que, com apenas 23 anos perdera o marido e outros três familiares no massacre, Portelli aprendeu algo essencial sobre a arte da escuta em história oral: “Dor, perda, pobreza – esses eram temas a se esperar. O que eu não esperava era esse insulto quase indizível (como mostra a reticência da narradora), um insulto para o qual ela sequer tinha um nome – assédio sexual – naquele momento” (Portelli, 2016a, p. 11). Depois de encerrada formalmente a entrevista, Pignotti decidiu falar sobre uma dor que a afetava profundamente durante todos aqueles anos. Não bastasse a perda de seus entes queridos, seu relato revela que as mulheres que sobreviveram ao massacre passaram a sofrer socialmente com o preconceito e o assédio sexual. Em sua denúncia, Pignotti conta que essas ofensivas foram realizadas por seus concidadãos, especialmente, por parte de funcionários públicos.

Os oralistas, dessa maneira, têm realizado investimentos teóricos constantes na produção de uma reflexão sobre o tempo histórico mediado pelos sujeitos que elaboram suas próprias histórias através de um trabalho de memória. Se o caminho assegurado historicamente por Minemosine, como afirma Ricoeur (2012), é o único possível para a compreensão de si no mundo social, Meihy e Portelli trabalharam na produção de conhecimentos teóricos capazes de fomentar estudos sobre o papel social e político das memórias narrativas. Aprender a escutar o que narradoras e narradores têm a dizer, não apenas permite ao oralista denunciar arbítrios, mas também propor ações definidoras de direitos e, portanto, em defesa da cidadania e do fortalecimento da democracia no presente.

É a partir de uma investigação sobre o significado do trabalho da palavra, da memória e da consciência histórica que Portelli procura evidenciar a representatividade das fontes orais para a teoria do conhecimento em história oral. Acentua, ainda, que a representatividade das

narrativas estabelecidas a partir da história oral está presente em uma rede de possibilidades construída entre os indivíduos e a sociedade. Em suas palavras, trata-se de compreender a fonte oral a partir da subjetividade socialmente compartilhada que realiza a gestão de elementos que podem servir como referenciais para a produção das memórias narrativas. Diferentemente de Meihy, portanto, o oralista italiano não trabalha com o conceito de memória coletiva, procurando desenvolver outras mediações explicativas para compreender como os indivíduos tecem múltiplas e variadas redes de relações com as experiências vividas coletivamente na sociedade:

A história oral e as memórias, pois, não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias. A dificuldade para organizar estas possibilidades em esquemas compreensíveis e rigorosos indica que, a todo momento, na mente das pessoas se apresentam diferentes destinos possíveis. Qualquer sujeito percebe estas possibilidades à sua maneira, e se orienta de modo diferente em relação a elas. As diferenças individuais nada mais fazem do que lembrar-nos que a sociedade não é uma rede geometricamente uniforme como nos é representada nas necessárias abstrações das ciências sociais, parecendo-se mais com um mosaico, um patchwork, em que cada fragmento (cada pessoa) é diferente dos outros, mesmo tendo muitas coisas em comum com eles, buscando tanto a própria semelhança como a própria diferença. É uma representação do real mais difícil de gerir, porém parece-me ainda muito mais coerente, não só com o reconhecimento da subjetividade, mas também com a realidade objetiva dos fatos (Portelli, 1996, p.71-72).

A representatividade do conhecimento produzido em história oral pode, assim, ser problematizada na medida em que a memória é concebida como um *campo de possibilidades compartilhadas*, acompanhada pela noção costurada por Portelli capaz de pensar a sociedade enquanto *colcha de retalhos*. Essa noção procura afastar a fantasmagoria da imagem que acomete como doença crônica muitos críticos da história oral e, nesse sentido, reivindica a importância de se compreender a história dos acontecimentos a partir da narrativa. Evitando-se a busca por uma “ligação direta entre a forma narrativa e os acontecimentos tais como se produziram de fato” (Ricoeur, 2012, p.336). Isso significa, entre outras medidas, investir esforços no mapeamento de uma história da memória e de uma história das

disputas por memória, já que as experiências coletivas são reconstruídas a partir de seleções elaboradas individualmente pelas testemunhas.

Compreende-se, desse modo, que o narrador em sua interpretação sobre o passado apoia-se em referenciais que são coletivos e dizem respeito a lutas por representação no interior de comunidades as quais vincula suas experiências narráveis. Se o trabalho de memória desenvolvido a partir da articulação entre memória individual e memória coletiva seleciona fatos de maneira irregular, e os reconstrói no presente a partir da elaboração de representações, cabe ao historiador oral fazer os questionamentos pertinentes à memória narrativa como documento:

Portanto, a palavra chave aqui é possibilidade. No plano textual, a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada (Portelli, 1996, p. 70-71).

As narrativas produzidas no âmbito da história oral dão origem a um registro de memória gramaticalmente denso e, mais do que uma fonte convencional, trata-se de um verdadeiro manancial subjetivo repleto de ricas possibilidades. Nesse sentido, a noção de memória como *campo de possibilidades compartilhadas*, elaborada por Portelli, dialoga com as preocupações de Meihy em torno das relações entre memória coletiva e memória individual:

Releva-se, contudo, o duplo sentido dessas falas. De um lado da moeda o indivíduo se porta como sintetizador de experiências, filtradas pela conjugação de circunstâncias que marcam cada pessoa, mas, na outra ponta fica garantido o experimento coletivo, pois indivíduos não pensam senão pelo complexo de fatores que determinam o alinhamento do grupo. Os sujeitos propõem em seu inconsciente visões que se armazenam como lembranças e que no processo narrativo ganham conexões alheias aos acontecimentos "como exatamente ocorreram". As origens dessas rememorações, contudo, são plurais e derivam de vários segmentos de outras memórias que se alinham no tempo. A soma de memórias tramadas e

coletadas por nós resulta na suposição de uma memória afetiva construída no inconsciente das pessoas (Meihy, 2010b, p.184).

Atento, como Portelli, ao modo como as subjetividades são compartilhadas e filtradas pela memória narrativa, Meihy enfatiza a pluralidade da trama social que alinha e instiga a concatenação das memórias individuais. Não obstante, defende uma história oral empenhada na execução de pesquisas capazes de compreender os processos responsáveis pela produção das *memórias afetivas*, as quais organizam escolhas que situam os narradores em relação à sociedade e ao próprio tempo histórico. É por esse viés, inclusive, que Meihy problematiza a questão da identidade. Se, para Eclea Bosi, toda narrativa é configurada por “uma *intenção* que orienta seu fluir dinâmico” (Bosi, 2003, p. 63), o oralista brasileiro acrescentaria que essa intenção precisa ser investigada como uma *aspiração por identidade*. Toda memória narrativa, nessa perspectiva, precisa ser reconhecida como parte de uma escolha consciente do narrador, amarrada, por sua vez, a uma série de processos vinculados a uma dinâmica afetiva, de ordem subjetiva e atrelada à produção de identidades:

O que se perde em termos do enleir da memória com a História é muito, principalmente o desprezo aos fatores subjetivos que fazem da memória narrativa a matéria por excelência da história oral. Por lógico, a favor de trabalhos com o subjetivo, no embaraço das duas matérias – da História e da memória – joga-se fora o apuro da verdade provável, constatada em documentos, como tanto prezavam os positivistas e o fazem no presente detratores da história oral. A mentira, o desvio, o lapso, o silêncio, os esquecimentos, as contradições, o “apagamento”, pois se tornam matéria privilegiada da história oral. Considerando os valores expressos por Halbwachs afiança-se que é pelo elo do afeto unido em um conjunto social que se estabelece a comunidade de destino e por ela se percebe os traços dados em favor das construções identitárias tecidas por compromissos expressos pela memória (Meihy, 2010b, p. 183).

Durante o desenvolvimento de uma pesquisa sobre os motivos que levavam brasileiras a se prostituírem na Europa, Meihy conheceu Gaby, secretária de uma instituição filantrópica de apoio às prostitutas na cidade de Paris (França). Ao buscar ajuda para encontrar prostitutas brasileiras para realizar entrevistas, Gaby, uma transexual brasileira, ofereceu-se para falar

sobre sua trajetória de vida. Mesmo sabendo que Meihy estava à procura de mulheres para entrevistar, Gaby reivindicou a importância de narrar a sua experiência, afirmando ser “uma mulher no corpo de um homem”. No artigo “História de Vida de um Travesti”, Meihy apresenta a entrevista com Gaby transcrita e na íntegra (Meihy, 2010a). A narrativa, resultado do trabalho de cocriação entre autor e colaboradora, permite ao leitor desfrutar de uma história de vida que também é uma aula sobre as relações entre memória e identidade. A entrevista de Gaby revela o trabalho complexo da memória narrativa na construção identitária e as muitas e ricas possibilidades reivindicadas em um espectro difuso, abalizado, neste caso, por uma perspectiva inicial marcada pela apresentação do nome definido pela mãe, *Genivaldo* – “Sou uma mulher no corpo de um homem” –, e, em outra perspectiva, pelo nome de sua escolha, *Gaby*: “Sou homem, homem com corpo de mulher”. Ambas as afirmativas, tanto a primeira que marca o início da entrevista, quanto a última que a encerra, evidenciam as *intenções* e *aspirações* de Gaby na costura de uma representação densa de sua identidade no nível pessoal e enquanto protagonista social e cidadã.

Considerações Finais

No mesmo momento em que as duas virtudes – da fidelidade memorial e da verdade histórica – são dispostas em uma relação dialética, os dois significados maiores da história se reconciliam: não é possível “fazer história” sem, da mesma forma, “fazer a história” (Ricoeur, 2012, p. 349).

As perspectivas teóricas em história oral produzidas por Portelli e Meihy, têm se apresentado como alicerces importantes para a consolidação de um campo do conhecimento significativamente original. Dentre outras questões, as perspectivas teóricas inauguradas por esses autores vêm propiciando o estabelecimento de uma historiografia dedicada a pensar a relação entre a fidelidade memorial e a verdade histórica. Apesar das diferenças significativas existentes entre os procedimentos teóricos adotados, os autores defendem que a fidelidade memorial não deve ser interpelada pela chave interpretativa da imagem como semelhança, mas

precisa ser questionada a partir de critérios estabelecidos pelo crivo do testemunho, tal como defende Ricoeur (2012).

Ao afirmar que “a história oral expressa a consciência da historicidade da experiência pessoal e do papel do indivíduo na história da sociedade em eventos públicos”, Portelli (2016, p. 9) sugere que a história oral não trabalha apenas com os eventos em si mesmos, mas “diz respeito ao lugar e ao significado do evento dentro da vida dos narradores”. Nesse viés, sugere também que as fontes orais são a base para um trabalho histórico no qual “questões ligadas à memória, narrativa, subjetividade e diálogo moldam a própria agenda do historiador” (Portelli, 2016, p. 10).

As teorias do conhecimento em história oral examinadas têm orientado com rigor a investigação de documentos construídos a partir de narrativas orais e lembranças reelaboradas, levando em conta a necessidade de questionar as questões objetivas e subjetivas implicadas na reconstrução do passado no tempo presente. Ademais, quando a memória narrativa é investigada a partir dos critérios necessários estabelecidos e consagrados pelas pesquisas de Portelli e Meihy, os narradores que a produzem não constituem meros objetos de estudo, mas são reconhecidos efetivamente como sujeitos históricos concretos.

As pesquisas de Meihy demonstram, enfim, que a história oral tem se consolidado enquanto um campo autônomo de produção de conhecimento (Meihy, 2007, p. 15). A base para tal afirmação estaria, justamente, no desenvolvimento de uma teoria que problematiza a maneira através da qual os rastros são lembrados e ressignificados pelos narradores, estabelecendo critérios capazes de investigar as disputas por memória presentes na trama narrativa, bem como as lutas por identidade. “A memória não possui fio de Ariadne”, afirma Olgária Matos, o que significa que ela se encontra diante de um labirinto que compartilha incertezas e, ao mesmo tempo, ricas possibilidades (Matos, 1992). Contudo, ao se preocupar com nuances da memória coletiva presentes nos relatos individualmente produzidos pelos narradores e, portanto, com as disputas e negociações internas pela constituição de identidades, a história oral enseja averiguar como um grupo social orienta suas lembranças e organiza as experiências usufruídas em comum.

Em resumo, as concepções teóricas de Portelli e Meihy, cada qual a sua maneira, orientam uma leitura crítica da memória narrativa como documento ao defenderem a problematização das relações entre história e memória: nem uma *história cativa da memória*, muito menos *memórias cativas* de uma *história tradicional*. As teorias do conhecimento em história oral em debate têm evidenciado que a memória não pode ser privada da dimensão crítica da história, na mesma medida em que esta não pode ignorar o papel da memória nas disputas públicas e nas reivindicações identitárias, sejam elas individuais ou coletivas. Nessa perspectiva, as reflexões teóricas em história oral sobre as representações produzidas pelo trabalho de memória inspiram pesquisas instruídas por critérios capazes de avaliar as narrativas orais como expressão vital da intersecção entre o tempo interior e a dinâmica do tempo histórico.

As contribuições aqui apresentadas, responsáveis pela consolidação de um campo teórico de conhecimento em história oral, precisam ser compreendidas como parte integrante de um arcabouço multifacetado muito mais amplo, comprometido em compreender como o tempo histórico enraíza-se para os seres humanos através da narrativa e em diálogo com a construção identitária. Conceitos como o de *gramática da memória*, *memória afetiva*, *memória como campo de possibilidades compartilhadas*, *memória narrativa*, e o de *trabalho de memória*, permitem uma rigorosa problematização das relações entre história e memória. Em outras palavras, a história oral tem interesse concreto no protagonismo dos narradores e, por isso, não pode dispensar os recursos teóricos necessários à compreensão de como, através da memória, cada cidadã e cidadão estabelece vínculos e relações sociais no tempo e constrói sua própria consciência histórica.

Acredita-se que os conhecimentos produzidos no âmbito da história oral pelos autores citados possam permitir às leitoras e aos leitores conhecer personagens e temas narrativos marginalizados ou pouco visitados pelas instituições acadêmicas. Mais pontualmente falando, quando o grande público é convidado a reconhecer os diferentes meios através dos quais as pessoas se inserem socialmente enquanto protagonistas, cada cidadã e cada cidadão pode perceber a si mesmo como um ator que produz a sua história de vida em diálogo com a história pública.

A história oral, dessa maneira, representa uma possibilidade de combate contra a opacidade produzida pelo “presentismo” que, cada vez mais, impede as pessoas de estabelecerem livremente relações com as diferentes temporalidades. Afinal, como afirma Hartog (2013), quando o amanhã se torna pura e simplesmente um “hoje” artificialmente dilatado, não só a história está condenada ao ostracismo, mas todos aqueles que vivem em um presente onipresente e permanecerão impedidos de projetar um (novo) futuro.

As teorias do conhecimento em história oral ao restabelecerem em termos dialéticos a relação entre a memória e a história, têm como sua mais significativa contribuição a capacidade de problematizar as experiências vividas por sujeitos concretos (Kosík, 2002) – tais como Ada Pignotti e Gaby –, em diálogo com a produção de memórias e identidades. Por fim, ao tomar a memória narrativa como substância social para suas investigações históricas, Portelli e Meihy reivindicam perspectivas teóricas compromissadas com a produção de saberes que possam vir a contribuir para a socialização do conhecimento histórico e a radicalização da democracia.

Referências

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTOG, F. **Evidência da História**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HARTOG, F. **Regimes de Historicidade**. Presentismo e Experiências do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

KOSÍK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MEIHY, J. C. S. B. **A Colônia Brasilianista**: história oral de vida acadêmica. São Paulo: Nova Stella, 1990.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2005.

MEIHY, J. C. S. B. História Oral: 10 itens para uma arqueologia conceitual. **Oralidades** - Revista de História Oral, São Paulo, N° 1, p. 13-20, Jan./Jun. 2007.

- MEIHY, J. C. S. B. Palavras aos Jovens Oralistas. **Oralidades** - Revista de História Oral, São Paulo, N° 3, p. 141-152, Jan./Jun. 2008.
- MEIHY, J. C. S. B. História de Vida de um Travesti. **Oralidades** - Revista de História Oral, N° 7, p. 185-201 Jan./Jun. 2010a.
- MEIHY, J. C. S. B. Memória, história oral e história. **Oralidades** - Revista de História Oral, N° 8, p. 179-191, Jul./Dez. 2010b.
- MATOS, O. F. C. Memória e História. **Revista A Terceira Idade**, São Paulo, N° 6, Out. 1992.
- MENESES, U. T. Bezerra de. A história, cativa da memória?: para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, N° 34, p. 9-24, 1992.
- POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, N° 10, p. 200-212, 1992.
- PORTELLI, A. **The Death of Luigi Trastulli and Other Stories: Form and Meaning in Oral History**. Albany, NY: SUNY Press, 1991.
- PORTELLI, A. A Filosofia e os Fatos. **Tempo**, Rio de Janeiro, N° 2, p. 59-72, 1996.
- PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, 14, Fev. 1997.
- PORTELLI, A. História Oral: uma relação dialógica. In: PORTELLI, A. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016a.
- PORTELLI, A. Um ônibus vermelho: vítimas inocentes de canhões libertadores. In: PORTELLI, A. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016b.
- PORTELLI, A. Um trabalho de relação: observações sobre a história oral. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v.7, n° 13, pp.182-195, Jul./Dez. 2017.
- RICOEUR, P. A Marca do Passado. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 10, p.329-349, Dez. 2012.